

## MANIFESTO DAS ENTIDADES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

O ano de 2015 iniciou com uma série de ataques aos direitos dos trabalhadores, especialmente aos servidores público federais (SPF). As medidas de ajuste fiscal do Governo Dilma Rousseff (PT), cortaram aproximadamente 7 bilhões de reais da educação pública. O impacto destas medidas tem refletido em enorme precarização do trabalho e estudo nas instituições federais de ensino (IFE). No pacote do ajuste fiscal, somam-se as MPs 664 e 665, que retiram direitos trabalhistas relativos à aposentadoria e seguro-desemprego, assim como, o Projeto de Lei da Terceirização, já aprovado na Câmara dos Deputados e em trâmite no Senado (PLC 30/2015), que colocam em risco a própria existência do serviço público. A terceirização também foi matéria de análise do Supremo Tribunal Federal (STF), o qual decidiu pela constitucionalidade da existência de Organizações Sociais (OS) para prestação de serviços públicos de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação ao meio ambiente, cultura e saúde.

Tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo e Judiciário tem atuado fortemente para atacar os direitos trabalhistas dos Servidores Federais, em especial o conjunto dos servidores públicos. As atividades de ensino, pesquisa e extensão nas IFE têm sido praticamente inviabilizadas pelos cortes de investimento na educação pública, acompanhados de uma enorme carência de contratação de técnico-administrativos e docentes, o que intensifica o trabalho nas IFE, bem como pela falta de recursos para políticas de permanência estudantil. Cabe destacar que os recursos públicos destinados à educação privada e ao pagamento da dívida pública não são afetados, pois a ampliação dos lucros do empresariado é garantida pelo Governo Federal.

A defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, **parte essencial da história dos movimentos sociais ligados à educação**, expressa uma exigência da população brasileira, que há tempos clama por serviços públicos de qualidade. Vale lembrar que educação, saúde, segurança, transporte, entre outros, são direitos de todos e dever do Estado.

Diante desta conjuntura, o momento agora é de reforçar a mobilização e a luta dos trabalhadores da educação pública federal. As entidades que assinam este manifesto têm atuado no sentido de intensificar a mobilização em suas categorias para fazer valer a força da classe trabalhadora e pressionar o Governo Federal a reverter as medidas que aprofundam a precarização nas IFE e abrir negociação com as

categorias que lutam por melhores condições de trabalho e estudo nas instituições federais de ensino.

Os professores, técnico-administrativos e estudantes estão nas ruas para dar um novo rumo ao ensino federal e, para isso, conclamam toda a população a fazer de 2015 um marco na história da luta pela qualidade da educação brasileira.

**ASSINAM:** ANDES-SN - SINASEFE - FASUBRA - OE/UNE - ANEL